



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8606 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: DILEMAS E CONTRADIÇÕES NO PERÍODO DE 2016-2020

Lucas de Vasconcelos Soares - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares - UFOPA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: DILEMAS E CONTRADIÇÕES NO PERÍODO DE 2016-2020

INTRODUÇÃO

Em 1985 ocorreu o fim do ciclo dos governos militares no Brasil, inaugurando o período conhecido como de redemocratização nacional, fazendo jus ao processo de recuperação/instalação do Estado democrático de direito, marcado pela presença de inúmeros movimentos coletivos articulados em prol do acesso, reconhecimento e garantias dos direitos públicos (DOURADO, 2006). Todavia, destaca-se que este período também expõe uma série de desigualdades sociais existentes, até então, mascaradas pelas políticas a serviço do capital (SANFELICE, 2018).

Decorrente desse processo, a função da escola é posta em debate, indagando a sua contribuição para o processo de formação dos indivíduos (DOURADO, 2006). Em âmbito legal, a redemocratização implicou novos cenários e desafios à educação no país, especialmente, após a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, projetando a ideia de um ensino público, de qualidade e acessível, alicerçado pelos princípios democrático, autônomo e participativo na organização dos sistemas e unidades educacionais (GADOTTI, 2013).

Concomitantemente, emana o termo Gestão Democrática na escola pública brasileira, cuja concepção indica um movimento de organização, planejamento, avaliação e democratização das realidades, relações e processos educacionais em uma perspectiva

antiautoritária do ensino, compreendendo-a como uma atividade que implica a mobilização de procedimentos, indivíduos e ações para sua efetivação, bem como a preservação dos interesses coletivos.

Entende-se a gestão democrática como um processo, conflituoso e contraditório, que perpassa inúmeros dilemas em sua incorporação, desde a indefinição conceitual do termo até os conflitos internos e enfraquecedores desta premissa, influenciada por interesses particulares a serviço do capital (SANFELICE, 2018). Por outro lado, há na possibilidade “democrática” um caminho a ser trilhado por um conjunto coletivo, instrumentalizado e articulado, com vistas à transformação social, constituindo movimentos contra-hegemônicos.

Nesse sentido, Saviani (2018) destaca um enfraquecimento nas premissas governamentais projetadas sobre a escola pública, incluindo a implementação da gestão democrática, cujos percursos estão inviabilizados por retrocessos e o avanço da direita extremista a partir do Golpe Parlamentar de 2016[1], uma vez que este não afetou apenas a democracia, mas toda a organização social em prol do bem público maior: os direitos. A partir desta contextualização, este estudo, em andamento, objetiva analisar quais tem sido os percursos, dilemas e contradições da Gestão Democrática quanto a sua implementação na escola pública brasileira, partindo do golpe de 2016 até a conjuntura atual de crise na educação. Teve como questão norteadora: o que os estudos publicados nesse período (2016-2020) têm revelado sobre o tema?

Do embasamento teórico, o estudo centra-se, inicialmente, nas discussões de Dourado (2006), Gadotti (2013), Paro (2017), Sanfelice (2018) e Saviani (2018). Em seguida, discutem-se os percursos metodológicos, resultados e discussões parciais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As discussões são fruto de um estudo do tipo Estado da Arte, pautado na finalidade de mapear a produção científica do tema, projetando-o no cerne da produção social. Contemplam-se, entre as técnicas de coleta de dados, o uso de pesquisa bibliográfica e consultas em bases de dados.

Do recorte temporal delimitado, elegeu-se o período de 2016 a 2020, compreendendo que este ano (2016) é apontado como o ponto de partida da atual crise na educação brasileira, desencadeada no Golpe Parlamentar de 2016, retomando, pela direita extremista, um projeto de privatização da educação, por articulações explícitas de desmontes, como o congelamento de bens e recursos, as reformas curriculares, a militarização das escolas e outros, desprivilegiando o setor público (SAVIANI, 2018).

Inicialmente, realizou-se um levantamento no campo da produção científica a fim de compreensão do quantitativo de trabalhos produzidos sobre a gestão democrática no período de 2016 a 2020, em três bases de dados: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela relevância dos trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação do país; a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE) da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), por constituir-se como importante periódico na área da gestão e política educacional; e a Revista *Exitus* do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), justificando-se por ser a única da região norte indexada na base Educ@ da Fundação Carlos Chagas. Dos procedimentos de busca, optou-se pelo uso de descritores: gestão escolar, gestão educacional, gestão democrática e gestão da escola pública.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizado o levantamento inicial, obteve-se o quantitativo de 78 produções, compostas em: 45 trabalhos no catálogo de teses e dissertações da Capes, 23 artigos na RBBAE/Anpae e 10 publicações na Revista *Exitus/Ufopa*, com maior predominância das produções nos anos de 2016 e 2017 (ponto de partida da crise educacional brasileira). Em seguida, realizou-se o processo de exclusão a partir da leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, permanecendo aqueles que apresentam relação direta com o problema do estudo. Assim, selecionou-se um total de 30 trabalhos (10 de cada base de dados), cujas contribuições parciais são problematizadas a seguir.

Inicialmente, dialoga-se sobre uma insatisfação quanto à ideia da gestão democrática no ensino público brasileiro, apontando-a como um dilema e realidade utópica, uma vez que a ideia consolidada – de superação das falhas ocorridas na administração – não é real, estando mais para uma mudança de nomenclatura, não permitindo a visibilidade de práticas concretas incentivadoras de princípios democrático-participativos nas relações e processos educacionais, sendo substituídos pelas marcas do controle, regulação, gerência, imposição e forte influência do poder estatal nas decisões, concebendo a educação como valiosa mercadoria que “[...] hoje atrai significativos volumes de capital que dela se beneficiam para a sua própria ampliação” (SANFELICE, 2018, p. 38). Portanto, prevalece uma descrença quanto à possibilidade de transformação da realidade escolar – e dos sujeitos educacionais – a partir da concepção democrática, pela forma deficitária com que tem ocorrido sua implementação, constituindo sonho a ser materializado (PARO, 2017).

Partindo do pressuposto de que a democracia se dá por transformações individuais e coletivas, os estudos indicam que a mudança teórico-conceitual, que originou a nova concepção de gestão da escola pública, apenas se deu na efervescência da redemocratização do país, porém, sua efetividade tem permanecido distante da escola (DOURADO, 2006). Ou seja, a gestão democrática precisa transcender a experiência real fragmentada, incorporando-se pelo coletivo, pois atualmente ocorrem práticas descontextualizadas que indicam processos autoritários que cerceiam a educação pública, especialmente a gestão, com a indicação/nomeação política ao cargo, esgotamento de recursos, relações conflituosas entre gestor e comunidade (pela ausência de participação na escolha), cobranças por resultados em avaliações educacionais e outros (SANFELICE, 2018; SOARES; COLARES, 2020).

Quanto às influências da crise educacional brasileira na gestão democrática, destaca-se que esta ocasionou o enfraquecimento de suas políticas viabilizadoras, principalmente, do Plano Nacional de Educação (SAVIANI, 2018), estando com os prazos ultrapassados (Meta 19). Inviabilizou ainda a oferta de formação continuada aos gestores pelos crescentes cortes de verbas, bem como implementou novas atribuições ao processo de organização da escola pública, conferindo mais trabalho e menos valorização como, a exemplo, na consolidação de reformas educacionais, como a do ensino médio e a implementação de novas bases curriculares.

Pelos estudos analisados, infere-se que são mínimos os avanços na implementação de uma gestão democrática na escola pública, constituindo-se como algo projetado, mas sem indícios de efetividade. Tal afirmativa decorre do fato de que, na lógica do sistema de produção, a escola continua sendo uma instituição com potencial formativo para inclusão das necessidades de mercado. Assim, a crise acionada pelo golpe de 2016 projetou uma descrença sob o preceito democrático na gestão. Todavia, é preciso reascender tal compromisso, entendendo-o como uma “[...] estratégia de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades” (GADOTTI, 2013, p.15), caminhando a um processo emancipatório,

denominado por Sanfelice (2018) como “democratização em marcha”. Continuamos nessa luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de algumas sinalizações no campo da produção científica, vale ressaltar que estamos diante de um longo percurso sobre a gestão democrática e sua implementação. Todavia, o levantamento inicial possibilitou vislumbrar um cenário defasado, perpassando dilemas e contradições, numa lógica em que a lei de mercado distancia a ação democrática, silenciando os anseios coletivos. Trata-se da necessidade de reascender a crença em torno da possibilidade de transformação social pelo engajamento do coletivo, superando as discrepâncias entre o que prescreve a legislação brasileira e o que ocorre a partir das demandas do mercado.

Assim, a pesquisa segue novos rumos, a partir da legislação publicada no Diário Oficial da União, a fim de verificar quais têm sido as ações sobre a premissa democrática na gestão, pós-golpe de 2016, pois os últimos fatos indicam retrocessos e distanciamentos com o setor público, especialmente, a educação. Tais análises ajudam a constituir os percursos necessários à compreensão mais ampla do problema de estudo.

REFERÊNCIAS

Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em:

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso: 28 set. 2020.

DOURADO, L. F. **Gestão da Educação Escolar.** Brasília: UnB, 2006.

GADOTTI, M. **Gestão democrática com participação popular:** planejamento e organização da educação nacional. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Disponível em:

<https://www.anpae.org.br/website/publicacoes/revista-da-anpae> Acesso: 30 set. 2020.

Revista Exitus/Ufopa. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus> Acesso: 29 set. 2020.

SANFELICE, J. L. Da democratização da sociedade e da escola. *In*: LIMA, A. B. de; SILVA, M. B. (Org.). **Gestão escolar democrática: teorias e práticas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 31-47.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, n. 2, 2018, p. 291-304. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795> Acesso: 27 set. 2020.

SOARES, L. de V.; COLARES, M. L. I. S. Avaliação educacional ou política de resultados? **Educação & Formação**, v. 5, n. 15, set./dez. 2020, p. 1-24. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2951> Acesso: 02 out. 2020.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática. Políticas Educacionais. Escola Pública.

[1] Para Saviani (2018), o Golpe de 2016 foi uma ação parlamentar que atentou contra os princípios da democracia, desrespeitando a constituição e ocasionando no processo de *Impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff e a tomada do poder por seu vice, Michel Temer, recolocando a direita extremista no comando do Brasil, ou seja, um suicídio da democracia brasileira.